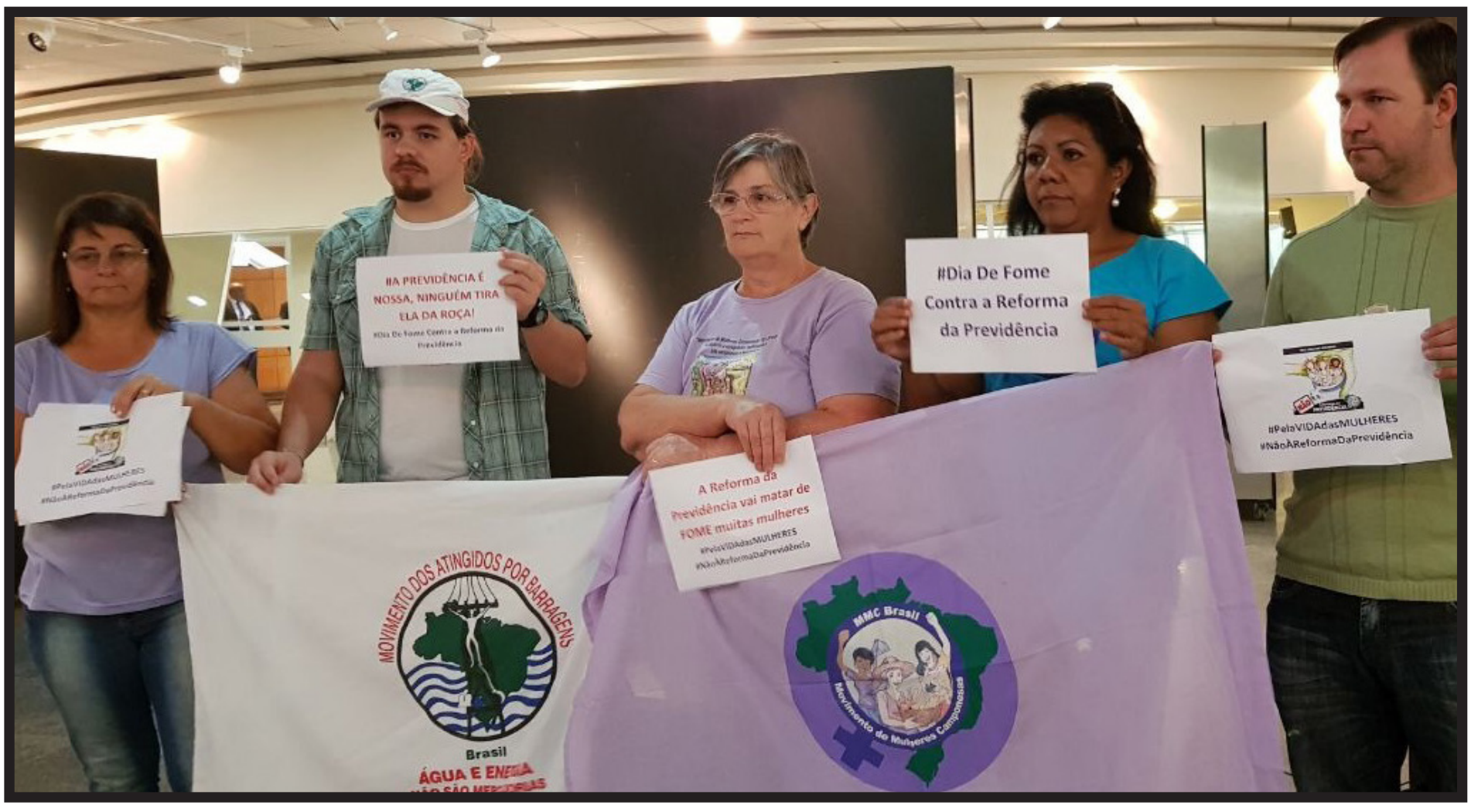
INTERSINDICAL DOS ELETRICITÁRIOS DE SC

LINHA VIVA

Nº 1386 - 14 de dezembro de 2017

·IMPRESSO·

GREVE DE FOME



AGRICULTORES FAZEM ATO DE RESISTÊNCIA CONTRA DESTRUIÇÃO DA APOSENTADORIA

CELESC

Intercel assina aditivos ao PCS e ACT

ELETROSUL

Diretoria tem muito a explicar aos trabalhadores

TRIBUNA LIVRE

"Por muito Menos", de Dino Gilioli

ELETROBRAS

LUTA CONTRA PRIVATIZAÇÃO

Sindicatos movem ação judicial contra reestruturação da Eletrobras

Na quarta-feira, 6, representantes dos trabalhadores e trabalhadoras estiveram presentes na primeira audiência da Ação de Cumprimento de Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), ajuizada pela Federação Nacional dos Urbanitários (FNU) e o Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE), em agosto de 2017. A Audiência aconteceu no Pará. A ação questiona o processo de reestruturação da estatal que coloca em risco a capacidade técnica-operacional do sistema, e prevê a redução no quadro próprio da empresa. Segundo o presidente da Eletrobras, Wilson Pinto, o corte pode chegar a 50% dos profissionais, ou seja, cerca de 12 mil trabalhadores estarão fora da empresa caso a "reorganização" seja concluída. O plano de reestruturação contraria diversas cláusulas do acordo coletivo vigente, dentre eles as que versam sobre as relações de trabalho, quadro de pessoal, impedimento de demissões e determinação de negociação com as entidades sindicais em casos de alterações na empresa que venham a afetar os direitos dos trabalhadores. A decisão da ação deve sair no mês de janeiro. Pela Intersul estiveram na audiência Carlos Souza (Sinergia) Lucio (Sintresc) e Bruno (Sintevi)

DISTRIBUIDORAS

As seis distribuidoras de energia elétrica controladas pela Eletrobras estão na linha de frente da privatização. Para barrar essa tragédia, dirigentes sindicais buscam assinaturas no Congresso para a criação da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Distribuidoras da Eletrobras, com lançamento previsto para o dia 13 de dezembro.

DENÚNCIA

As entidades sindicais, por meio de assessoria jurídica, protocolaram denúncia na CVM questionando o procedimento de avaliação da empresa Eletrobras com vistas ao processo de desestatização, tendo em vista que o estudo de avaliação realizado utiliza metodologia equivocada, de baixa precisão e confiabilidade, inclusive rechaçada em procedimentos similares de mercado para fusões e aquisição de empresas.

CELESC

ACORDOS ASSINADOS

Intercel assina termos aditivos de PCS e ACT

Os sindicatos que compõem a Intercel assinaram nesta segunda-feira, dia 11, os aditivos ao Plano de Cargos e Salários (PCS) e ao Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), respeitando o definido pela categoria em assembleias sobre a revisão do PCS e a criação de nova modalidade de Plano Previdenciário na Celos.

As regras do PCS foram alteradas por meio de Termo Aditivo ao Acordo específico. Além disso, o Acordo Coletivo vigente teve que ser aditivado também, com a eliminação da cláusula 7ª - Piso Salarial, conforme definido na negociação do PCS. O termo aditivo ao ACT também tratou da criação de nova modalidade de Plano Previdenciário da Celos, garantido através da cláusula 23ª do acordo.

Com a assinatura dos aditivos, as regras aprovadas pelos trabalhadores passam a valer e constituem importante esforço da categoria na luta pelo cumprimento das metas da concessão e manutenção da Celesc Pública.

PREVIDÊNCIA

GREVE DE FOME CONTRA REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Agricultores fazem ato de resistência contra destruição da aposentadoria

Desde o início da manhã desta terça-feira, 12 de dezembro, cinco integrantes da Via Campesina realizam ato na Assembleia Legislativa de Santa Catarina em solidariedade aos setes companheiros de vários movimentos que desde o dia 5 de dezembro se mantêm em greve de fome contra a Reforma da Previdência na Câmara dos Deputados, na Capital Federal.

São eles: Justina Cima do Movimento das Mulheres Agricultoras(MMA), Antonia Sandra Vieira, do Movimento Quilombola e das Mulheres Urbanas e Camponesa, Rodrigo Timm, do Movimento dos Atingidos por Barragens, Gilberto Schneider do Movimento dos Pequenos Agricultores e Lucimar Roman, também do MMA. "É preciso que algumas pessoas passem fome por alguns dias para que a sociedade não passe fome a vida toda", destacam os grevistas.

Se a nova proposta de reforma da Previdência for aprovada, os trabalhadores rurais assalariados terão de contribuir, no mínimo, durante 15 anos e se aposentar aos 65 anos no caso dos homens e 62 anos, das mulheres, para receber 60% da média de todas as suas contribuições. Isso vai inviabilizar a aposentadoria dos assalariados rurais, afirma Antonio Lucas, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais (Contar). Segundo ele, essa nova proposta não dificulta o acesso dos rurais, exclui o assalariado rural do direito à aposentadoria. "É bom lembrar que, no Brasil, os assalariados rurais são os trabalhadores que convivem com a realidade do trabalho análogo à escravidão, com a alta informalidade e ingressam mais cedo no mercado de trabalho", explica o dirigente. Agricultores familiares (pequenos produtores) que passarão a contribuir individualmente e por mês, "o que praticamente acaba com o sistema de proteção diferenciado dos rurais", explica Aristides Veras dos Santos, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

Para Bruno Pilon, do MPA, "a realidade do trabalhador do campo não permite que ele tenha uma reserva mensal para contribuir com a Previdência. Um trabalhador que planta, por exemplo, colhe apenas duas vezes por ano. Ou seja, tem apenas duas rendas. Como ele vai conseguir contribuir mensalmente", argumenta. Além de terem um motivo específico para lutar contra a reforma da Previdência, os trabalhadores do campo estão na trincheira contra o projeto pelo conteúdo total da proposta temerária. Eles afirmam que a falácia criada pelo governo de que os trabalhadores rurais estão fora do novo texto da reforma da Previdência, tem como objetivo "desmobilizar e dividir a luta e resistência".

ELETROSUL

DIRETORIA TEM MUITO O QUE EXPLICAR

Diretoria da Eletrosul não responde questionamentos dos sindicatos da Intersul

Faz quase dois meses (11 de outubro) que a Intersul cobrou informações e o Sinergia, como acionista da Eletrosul, exigiu esclarecimentos sobre a reestruturação acionária entre Eletrosul e CGTEE – fato que preocupa muito a todos os trabalhadores(as) – e até hoje não houve resposta da empresa. Por causa deste atraso, o Sinergia já entrou com recurso na CVM (Comissão de Valores Mobiliários).

Por outro lado, ficamos sabendo que os trabalhadores(as) da Eletrosul estão despendendo muitas das suas horas de trabalho, realizando atividades relativas a CGTEE, sem a legal e devida compensação financeira da CGTEE à Eletrosul por este trabalho. Num momento de "economia de guerra" como reafirmado pela direção da empresa este gasto não estaria contradizendo as boas práticas de gestão tão alardeadas?

PAE: PRIVILÉGIOS PARA UNS?

Com relação ao PAE uma pergunta não quer calar: Furnas divulgou revisão do PAE alterando as regras em vigor. Como estamos trabalhando em uma "holding", estas mudanças chegarão à Eletrosul? Será justo permitir a desistência justamente no último grupo de trabalhadores(as)? Será a mudança dirigida para privilegiar alguns (as) "insubstituíveis"?

MÉRITOS DO PCR

A folha de pagamento de dezembro da Eletrosul será fechada nos próximos dias. Todos estão curiosos para saber se haverá, com atraso de 11 meses, a distribuição dos méritos e aplicação das regras do PCR (SAN). O atraso na aplicação desta regra, além de explicitar o descaso da administração com a carreira dos trabalhadores(as), em nossa opinião, confirma a ineficiência da meritocracia pois além de, historicamente, esta distribuição não ser justa agora é protelada indefinidamente.

TRIBUNA LIVRE

POR MUITO MENOS

Por Dino Gilioli

Às ditas pessoas de bem que foram às ruas clamar, exigir a saída da presidenta Dilma Rousseff, em nome da varredura da corrupção no Brasil, pergunto: o que mudou? Essa é uma questão inquietante, por trás das ditas pessoas de bem, outras nem tão de bem assim – em nome da moral, da ética, da ordem, articularam um ardiloso e bem-sucedido golpe.

Bem-sucedido, porque tiraram a Dilma? Não por isso! Mas porque uma outra proposta de governo, que não foi avaliada pelos eleitores nas urnas, está agora sendo implementada à contento dos grandes grupos econômicos nacionais e internacionais. Projeto que atende interesses de uma casta que não se importa com o seu país, que não está nem aí com os trabalhadores, com os aposentados.

Ora, ninguém com sã consciência deve concordar com o que vem ocorrendo no Brasil. No palácio do planalto e seus arredores, a lama da corrupção está transbordando. O "efeito Mariana" atingiu Brasília em cheio e – principalmente, sua maior "autoridade", o presidente Michel Temer. Uma cortina de fumaça – sem precedentes, encobre o céu da democracia. Só que a hipocrisia é tanta que justamente, em nome dela, agem para permanecer no cargo, agarrados ao poder.

Já tiraram verbas e limitaram os gastos com a saúde e a educação, áreas essenciais para o povo. Já tiraram ou diminuíram direitos dos trabalhadores, através da "reforma" trabalhista. Querem fazer uma "reforma" previdenciária que favorece banqueiros, empurrando o cidadão para os planos de previdência privada. Já entregaram parte do pré-sal. Querem privatizar, "vender" as estatais, que são patrimônios públicos estratégicos para o desenvolvimento do país. Querem voltar ao tempo da escravidão. A Amazônia corre sérios riscos O que mais precisam fazer para completarem a tarefa do golpe?

Diante de todos esses fatos, ficam cada vez mais evidentes os reais objetivos que levaram ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff e que estão agora sendo consumados à toque de caixa. Por muito menos tiraram a Dilma. Por quanto mai$ vão continuar segurando o Temer?

Dino Gilioli é escritor, poeta e ex-empregado da Eletrosul

Intercel
INTERSINDICAL DOS ELETRICITÁRIOS DE SANTA CATARINA

Linha Viva é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de SC
Jornalista responsável: Paulo G. Horn (SRTE/SC 3489)
Conselho Editorial: Amilca Colombo
Rua Max Colin, 2368, Joinville, SC | CEP 89216-000 |
E-mail: sindsc@terra.com.br
As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

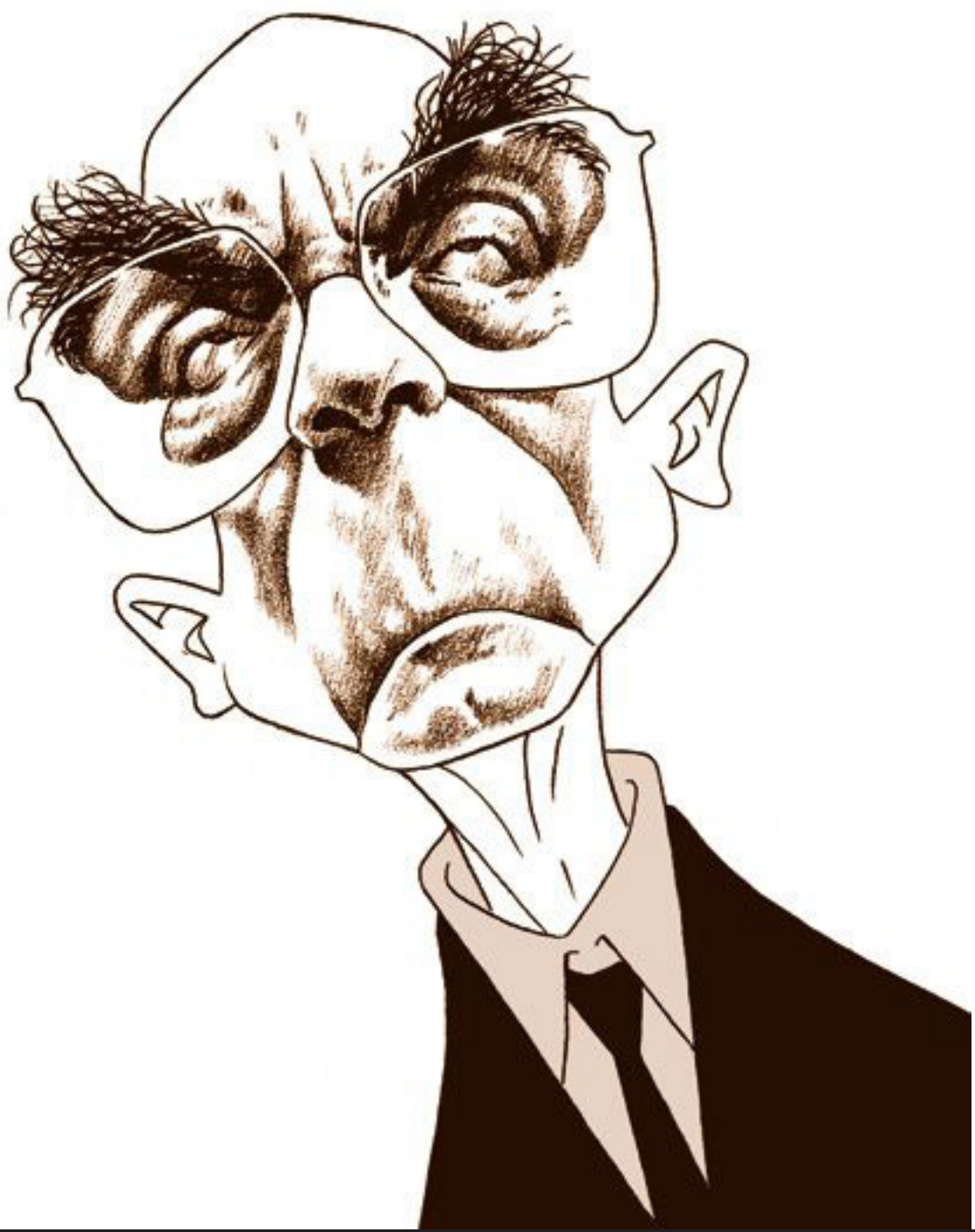
PRIVATIZE-SE até a PQP

de José Saramago

Regressados de uma viagem a Argentina e Bolívia, os meus cunhados Maria e Javier trazem-me o jornal Clarín de 30 de agosto. Aí vem a notícia de que vai ser apresentada ao Parlamento peruano uma nova lei de turismo que contempla a possibilidade de entregar a exploração de zonas arqueológicas importantes, como Machu Pichu e a cidade pré-incaica de Chan Chan, a empresas privadas, mediante concurso internacional.

Clarín chama a isto "la loca carrera privatista de Fujimore". O autor da proposta de lei é um tal Ricardo Marcenaro, presidente da Comissão de Turismo, Telecomunicações e Infra-estrutura do Congresso Peruano, que alega o seguinte, sem precisar de tradução "En vista de que el Estado há administrado bien nuestras zonas arqueológicas - qué passaria si las otorgamos a empresas especializadas en esta materia que vienen operando en otros países com gran efectividad?" A mim parece-me bem.

Privatize-se Machu Pichu, privatize-se a Capela Sixtina, privatize-se o Partenon, privatize-se o Nunu Gonçalves, privatize-se a Catedral de Chartres, privatize-se o Descobrimento da Cruz do Antonio de Crestalcore, privatize-se o Pórtico da Glória de Santiago de Compostel, privatize-se o mar e o céu, privatize-se a água e o ar, a Justiça e a lei, privatize-se a nuvem que passa, privatize-se o sonho, sobretudo se for o diurno e de olhos abertos.

E finalmente, para florão e remate de tanto privatizar, privatizem-se os Estados, entregue-se por uma vez a exploração deles a empresas privadas, mediante concurso internacional. Aí se encontra a salvação do mundo... E, já agora, privatize-se também a p. que os pariu a todos.

"Privatize-se a água e o ar, a Justiça e a lei, privatize-se a nuvem que passa, privatize-se o sonho, sobretudo se for o diurno e de olhos abertos"